



## Ministra defende que Dilma vete projeto do Código Florestal



Márcio Kallume/Agência Senado

Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira participa de debate no Senado ao lado do senador Rodrigo Rollemberg e de Luiz Fernando Merico

Izabella Teixeira critica mudanças que Câmara fez no texto do Senado e propõe entendimento

**T**itular do Ministério do Meio Ambiente afirmou que não vê problema em pedir veto ao texto final alterado por deputados, mas alertou que é preciso buscar uma solução que não crie instabilidade jurídica. Senadores elaboram sugestões à presidente Dilma. **3**

**Colóquio sobre Carta da Terra debate novo modelo econômico 2**

### Advogado diz que, sem acesso a inquérito, Cachoeira não falará à CPI

O advogado do contraventor, Márcio Thomaz Bastos, solicitou acesso a conteúdo sigiloso de

inquéritos. Pedido será analisado pela CPI. Depoimento está marcado para terça-feira que vem. **5**



Lio de Paula/Agência Senado

Presidente da CPI, Vital do Rêgo, recebe de oficiais de Justiça documentos da Operação Monte Carlo



Gerardo Magela/Agência Senado

Gilson Dipp e Luiz Carlos Gonçalves querem evitar a prática de simulação de sequestro, por exemplo

### Uso de celular por detento precisa virar crime, propõem juristas

Comissão que elabora para o Senado um anteprojeto de novo Código Penal sugere transformar

a atual falta disciplinar em crime com pena adicional de até 1 ano de prisão. **7**

**Diplomata afirma que democracia fortalece política externa do país 4**

**Para analistas, segurança do consumidor gera lucro à empresa 6**

**Polo de Manaus ajudou a preservar a floresta, dizem senadores 2**

**O professor e o estudante leem**

JORNAL DO SENADO  
**17anos**

**especial**  
**Cidadania**

**Saiba como tirar e transferir o título de eleitor; prazo termina amanhã**

Eleições municipais serão em 7 de outubro. Quem precisa tirar ou transferir o título tem até amanhã para procurar o cartório eleitoral. O eleitor que não vota nem justifica fica impedido de ocupar cargo público e estudar em faculdade do governo. **8**

No Colóquio Internacional sobre a Carta da Terra, realizado no Senado, especialistas apontaram para a necessidade de uma relação mais harmônica com o meio ambiente em busca da sustentabilidade



Ruud Lubbers, senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque e o ex-ministro José Carlos Carvalho: caminhos para a Rio+20

## Debatedores criticam visão utilitarista sobre a natureza

DEBATES REALIZADOS ONTEM, no Senado, durante o Colóquio Internacional sobre a Carta da Terra, apontaram a necessidade de se superar a visão utilitarista da economia em favor de uma relação mais harmônica com a natureza, visando à sustentabilidade.

— Estamos diante de uma crise civilizatória, mais do que uma crise econômica. Fomos construindo conceitos hoje ultrapassados, em razão da pressão da visão antropocêntrica — disse o ex-ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho.

Para a atual ministra, Izabella Teixeira, a Rio+20, conferência da ONU sobre meio ambiente marcada para junho, no Rio de Janeiro, reafirmará o desenvolvimento sustentável como paradigma único para o planeta.

— O desafio será colocá-lo

em prática — afirmou.

Ruud Lubbers, ex-primeiro-ministro da Holanda e fundador da Comissão da Carta da Terra, avaliou que a Rio+20 espelhará uma sociedade multipolar, diferente de encontros onde predominam as superpotências, opinião compartilhada por Jorge Viana (PT-AC).

O coordenador da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) no Brasil, Luiz Fernando Merico, disse que a carta pode contribuir com estratégias em busca do crescimento sustentável.

Para o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o documento dialoga com a Constituição brasileira.

— Tudo o que está contido na Carta da Terra tem referência expressa na Constituição.

Neste sentido, Brendan Mackey, da Griffith University, da Austrália, disse que o mundo observa como o Brasil responderá às tensões sobre os recursos naturais.

Para o escritor e teólogo Leonardo Boff, é preciso “lutar por um novo modo de habitar o planeta”. Cristovam Buarque (PDT-DF) observou, no entanto, que os políticos são incapazes de conduzir uma mudança de paradigmas, por serem reféns da visão imediatista do eleitor.

A Carta da Terra é uma declaração de princípios para uma sociedade global justa e sustentável. O evento de ontem foi promovido pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) — presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)—, em parceria com a IUCN e a Carta da Terra Internacional (Earth Charter Initiative).

## Para senadores, polo de Manaus preservou floresta

O Polo Industrial de Manaus tornou-se um instrumento contra a devastação da Amazônia, afirmaram Eduardo Braga (PMDB-AM) e Vanessa Grazziottin (PCdoB-AM) na sessão que comemorou os 45 anos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) disse que, graças ao modelo implantado

no polo, o Amazonas conseguiu preservar 98% de sua floresta.

Para a senadora, a geração de emprego no polo reduziu a pressão sobre a floresta, mas exigiu uma reflexão sobre o futuro de seu modelo, iniciado em 1967. Segundo Vanessa, o Centro de Biotecnologia da Amazônia deve aperfeiçoar as pesquisas com foco na geração de produtos da biodiversidade

e a Suframa, tornar-se agência de desenvolvimento regional.

Braga disse que é preciso “incluir a floresta no polo industrial, estimulando a fabricação de pneus com borracha da região. O senador espera que a interligação com as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (RO) viabilize no polo uma indústria de transformação de silvinita em potássio.



Pauderney, Vanessa, Braga, o superintendente Thomaz Afonso e a secretária de Desenvolvimento da Produção, Heloisa Regina

## Anibal: ação sustentável do governo do Acre

A inauguração do Parque Industrial Florestal de Cruzeiro do Sul e do primeiro polo moveleiro do Vale do Juruá, no Acre, foi comemorada por Anibal Diniz (PT-AC).

— O investimento concretiza uma cadeia de produção para agregar valor a produtos florestais, gerar benefícios sociais e formar uma indústria voltada ao mercado tanto interno quanto externo — disse.



## Vanessa cobra recursos para vítimas da chuva

A liberação de recursos federais para vítimas das enchentes no Amazonas precisa ser mais rápida e menos burocrática, disse Vanessa Grazziottin (PCdoB-AM). Segundo a senadora, os ribeirinhos estão subindo os assoalhos das casas por causa da inundação, mas em pouco tempo não conseguirão mais permanecer nelas e procurarão abrigos. Ela disse que 10 mil famílias de agricultores perderam suas plantações, mas somente 5% delas têm o título da terra, que permite a obtenção de linha de crédito.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Duas MPs na pauta

14h Trancam a pauta a MP 552/11, que reduz impostos sobre massas alimentícias, e a MP 553/11, que beneficia os ministérios da Ciência e Tecnologia, Defesa e Integração Nacional.

#### PRESIDÊNCIA: Reunião da Mesa

14h30 A presidente em exercício do Senado, Marta Suplicy, participa de reunião da Mesa, na Sala de Audiências.

#### AVIAÇÃO CIVIL: Melhoria das linhas

9h Subcomissão promove audiência pública sobre as políticas públicas para a aviação comercial e a melhoria das linhas aéreas.

#### CONSELHO DE ÉTICA: Processo

9h30 Votação do relatório que propõe a abertura de processo contra Demóstenes Torres por quebra de decoro parlamentar.

#### CAE: Remédios para aposentados

10h Exame do projeto de lei que autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados e a lançar a diferença como despesa operacional.

#### CAS: Odontologia

10h30 Comissão promove debate sobre odontologia e saúde suplementar. Entre os convidados, está o presidente da Uniodonto do Brasil, José Alves de Souza Neto.

#### CE: Bolsa de estudo a dependentes

11h Análise, entre outros, projeto que trata da concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo a dependentes para formação técnico-profissional.

#### CMA: Rótulos de medicamentos

11h Na pauta, projeto de lei que obriga as indústrias a imprimirem no rótulos de medicamentos, de forma legível, o número do lote e as datas de fabricação e de validade.

#### SEMINÁRIO: Protocolo de Nagoya

14h A Comissão de Meio Ambiente e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente promovem o seminário Diálogos sobre o Protocolo de Nagoya, no Interlegis. O protocolo resultou da 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica, realizada em 2010 no Japão. O texto garante a soberania dos países sobre seus recursos genéticos.

#### CPI DO CACHOEIRA: Operação Vegas

14h30 Reunião da comissão parlamentar de inquérito mista para investigar práticas criminosas de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e agentes públicos e privados, ouve o delegado da Polícia Federal Alexandre Marques de Souza, responsável pela investigação da Operação Vegas.

#### CMO: LDO 2013

14h30 A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, presta esclarecimentos na Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

#### CCJ: PEC da Música

14h30 Realiza audiência pública sobre a proposta de Emenda à Constituição 123/11, a PEC da Música. Entre os convidados, está o secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto.

#### COMISSÃO DE MPs: Audiência pública

14h30 O ministro Marco Antonio Raupp (Ciência e Tecnologia) e representantes dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento debatem a MP 563/12, que trata do setor automobilístico, e a MP 564/12, sobre fundos de garantia de projetos de infraestrutura.

#### POESIA & TEATRO: Václav Havel

18h Lançamento do livro *Poesia e Teatro*, do autor Václav Havel, na Biblioteca.

#### CCAI: Eleição

18h30 A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência elege presidente.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Izabella explica ao senador Rollemberg (C) sua preocupação com as condições de quem produz alimentos no Brasil

## Veto a Código Florestal deve ser realista, diz ministra

Izabella Teixeira critica mudanças feitas pela Câmara no texto enviado pelo Senado, mas alerta que um possível veto da presidente Dilma Rousseff não pode criar instabilidade jurídica no Brasil

A MINISTRA DO Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse ontem que discorda das mudanças que a Câmara dos Deputados fez no projeto de reforma do Código Florestal enviado pelo Senado, mas alertou que é preciso buscar uma saída que não crie instabilidade jurídica no país.

Ela voltou a defender que a presidente Dilma Rousseff vete o texto — sem esclarecer se total ou parcialmente.

— A posição da ministra é pelo veto. Não tenho nenhum problema em dizer isso. Tenho a posição de respeitar o trabalho feito pelo Senado. Mas, ao vetar, é preciso pensar no que fica depois, os problemas socioambientais não podem ser empurrados com a barriga

— disse Izabella, no Colóquio Internacional sobre a Carta da Terra, realizado no Senado.

Segundo a ministra, a área ambiental do governo deve fazer uma análise detalhada do texto e dialogar com toda a sociedade para buscar o caminho da justiça socioambiental, com a adoção de regras claras e leis aplicáveis. Para ela, não adianta fazer “legislação puxadinho”.

— Não tenho nenhum problema em pedir o veto ao Código Florestal, tenho problema é de lidar com a realidade depois disso, de garantir condições para quem produz alimentos e protege o meio ambiente, com inclusão social — explicou.

Sobre a Rio+20, Izabella manifestou sua convicção de que a conferência reafirmará o

desenvolvimento sustentável como paradigma único.

— O desafio será colocá-lo em prática.

A ministra destacou que o pilar econômico e as estratégias para redução da pobreza devem estar presentes na Rio+20, mas na perspectiva de um novo modelo de consumo:

— Podemos consumir melhor, com menor impacto e maior eficiência energética.

O Colóquio Internacional sobre a Carta da Terra é uma parceria da Comissão de Meio Ambiente do Senado, da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) e da Earth Charter Initiative (Carta da Terra Internacional). *Com Agência Brasil*

## Comissões buscam alternativa para sanção

Os presidentes das comissões de Meio Ambiente (CMA), Agricultura (CRA) e Ciência e Tecnologia (CCT) devem definir hoje um documento que será entregue à presidente Dilma Rousseff com sugestões para viabilizar a sanção do Código Florestal, informou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

O senador informa que, entre as possíveis sugestões, está o veto ao capítulo que trata da recomposição das atividades

consolidadas em área de preservação permanente (APP) e a edição de uma medida provisória com normas para regularizar tais situações.

Rollemberg afirmou que o projeto aprovado em dezembro pelo Senado e enviado à Câmara contava com o apoio do governo e foi amplamente discutido com deputados, mas as mudanças feitas na Câmara representam um retrocesso nesse entendimento.

Em reunião da CRA na semana passada, o presidente da comissão, Acir Gurgacz (PDT-RO), e os senadores Blairo Maggi (PR-MT), Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Antonio Russo (PR-MS) também apoiaram a articulação entre as comissões da Casa para resgatar partes essenciais do projeto do Código Florestal modificadas pelos deputados.

## Projeto tinha aval do Planalto, mas Câmara fez mudanças polêmicas

É esperada para as próximas semanas a decisão da presidente Dilma Rousseff sobre as mudanças feitas pela Câmara dos Deputados no projeto de novo Código Florestal. O governo já havia dado o aval para o texto aprovado pelo Senado e enviado em dezembro à Câmara, mas deputados da bancada ruralista aprovaram mais de

30 alterações. De forma geral, reduziram-se as obrigações de manutenção ou recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal. As mudanças foram criticadas por ambientalistas, por cientistas, por segmentos da sociedade e até pelo próprio governo. Dilma poderá sancionar ou vetar o texto todo ou partes dele.

### Algumas das alterações mais controversas

**PRINCÍPIOS:** foram retirados os oito princípios da nova lei, aprovados no Senado, incluindo o reconhecimento das florestas e das demais formas de vegetação nativa como bens de interesse comum a todos os brasileiros.

**ATIVIDADES CONSOLIDADAS:** foram excluídas regras para recomposição da vegetação de APPs ao longo de rios com mais de dez metros de largura. No texto do Senado, estava prevista a recomposição de faixas de mata correspondentes à metade da largura do rio, para propriedades com até quatro módulos fiscais, e a definição de regras pelos conselhos estaduais de Meio Ambiente para as demais propriedades.

**POUSIO:** foram excluídos o período máximo de 5 anos de interrupção do cultivo da terra no conceito de pousio (descanso da terra) e o limite da prática a 25% da área produtiva da propriedade.

**APICUNS E SALGADOS:** a zona costeira utilizada para criação de camarão (apicuns) e produção de sal (salgados) foi excluída da categoria de APP, tendo ainda sido excluído todo o capítulo que tratava da exploração desses ecossistemas.

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:** foi excluída a proibição de atividades consolidadas nas unidades de conservação.

**AQUICULTURA:** a prática da aquicultura em APP em propriedades com até 15 módulos fiscais poderá ser admitida mesmo que implique nova supressão de vegetação nativa.

**CÁLCULO DE ÁREAS PROTEGIDAS:** As APPs poderão ser computadas no cálculo de todas as modalidades de legalização de reserva legal — seja por recomposição, regeneração ou compensação.

**CRÉDITO RURAL:** foi excluída norma segundo a qual, após 5 anos da publicação da nova lei, estaria proibida a concessão de crédito agrícola para proprietários em situação irregular frente ao Código Florestal.

**MORROS E ENCOSTAS:** os senadores limitaram o pastoreio extensivo em morros e encostas a áreas de vegetação campestre natural, mas os deputados abriram a possibilidade da atividade também em áreas já convertidas para vegetação campestre, admitindo-se o consórcio com vegetação lenhosa perene ou de ciclo longo.

**CIDADES:** foi excluída a obrigação de manter pelo menos 20 metros quadrados de área verde por habitante nas novas expansões urbanas.

**ESPÉCIES AMEAÇADAS:** foi retirado do projeto dispositivo que obriga a autorização para novos desmatamentos em áreas onde existem espécies ameaçadas de extinção.

**DIVULGAÇÃO:** foi excluída a obrigação de divulgação na internet dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que reúne informações ambientais das propriedades, para o monitoramento ambiental e o combate ao desmatamento.

**OLHOS D'ÁGUA:** foi retirada a obrigatoriedade de recompor 30 metros de mata em torno de olhos d'água, em área ocupada por cultivos ou criações, conforme propunham os senadores.

**AGRICULTURA FAMILIAR:** foi excluído o dispositivo que previa, para propriedades familiares que desenvolviam atividades consolidadas em margem de rios com mais de dez metros de largura superior, a obrigação de recompor faixas de vegetação correspondente à metade da largura do rio, observado o mínimo de 30 metros e o máximo de cem metros.

**ÁREAS ÚMIDAS:** foram excluídos o conceito de áreas úmidas (superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação) e a possibilidade de o governo declarar essas áreas como de preservação permanente.

## Para Jorge Viana, texto do Senado foi desfigurado pela Câmara

Jorge Viana (PT-AC) afirmou ontem que o texto do Código Florestal elaborado pelo Senado foi desfigurado pela Câmara. Para ele, o texto do Senado representava o equilíbrio, enquanto o aprovado há duas semanas pela Câmara, além do retrocesso na área

ambiental, trouxe insegurança jurídica aos produtores.

— É importante que a presidente possa vetar, mas que, imediatamente, inspirada no Senado, dê segurança jurídica a quem quer criar e plantar e com um olhar para os pequenos produtores — afirmou.

O senador disse ter sentido, durante o Colóquio Internacional sobre a Carta da Terra, “sinergia dos participantes a favor do veto da presidente”, inclusive por parte da ministra Izabella Teixeira. Viana classificou o evento como um debate que deveria estar mais

presente na agenda do Senado. Para ele, o Brasil ganharia se a presidente, na conferência Rio+20, propusesse ao mundo o desafio de substituir o produto interno bruto (PIB) por outro indicador que incorporasse o social e o ambiental ao econômico para medir o

desenvolvimento dos países.

Viana aproveitou para informar que participou, nos municípios acrianos de Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Rio Branco, de lançamentos de programas de pavimentação de ruas e saneamento básico, além encontros e seminários.

Em debate promovido pela Comissão de Relações Exteriores, secretário-geral do Itamaraty diz que o amadurecimento da democracia tem impulsionado a política externa do país nos últimos anos

## Democracia fortalece ação diplomática, diz debatedor

O AMADURECIMENTO DA democracia brasileira tem sido o grande responsável pelo fortalecimento da ação diplomática nacional nos últimos anos, apontou ontem o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ruy Nunes Pinto Nogueira. Em debate realizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre as perspectivas da política externa do país, Nogueira destacou os esforços do Itamaraty para modernizar as embaixadas brasileiras, permitindo, por exemplo, o acesso dos diplomatas, via internet, a todos os arquivos do ministério.

O professor Lier Pires Ferreira, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), enfatizou, por sua vez, a importância de a diplomacia brasileira ter uma agenda mais aberta aos agentes sociais, sendo um “pouco menos constituída pelo Estado e mais pela sociedade”.

— Essa diplomacia que nós poderíamos considerar essencialmente democrática não virá certamente como um presente, como uma dádiva, mas poderá vir como uma conquista de uma sociedade civil consciente de que a consecução de seus interesses depende da sua organização, dos seus mecanismos de pressão e do seu nível de escolarização — disse.

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek ressaltou a independência histórica da forma de atuação do corpo diplomático brasileiro com relação a questões políticas internas.

Para ele, essa autonomia frente a interesses políticos momentâneos, juntamente com o respeito aos mandamentos do direito internacional, são atributos fundamentais que precisam continuar a ser cultivados pelo Itamaraty.

— A continuidade que se

observa na política externa brasileira ao longo do tempo resulta, sim, do capricho com que se exercita a arte da diplomacia, à sombra da Casa de Rio Branco. Mas resulta, sobretudo, do compromisso com o direito que o Brasil nunca quis abandonar — afirmou.

O professor José Flávio Sombra Saraiva, da UnB, acrescentou que a diplomacia nacional precisa ter sempre em mente as restrições de ação de um país novo como o Brasil no cenário internacional.

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou, por exemplo, sua discordância com a posição do Itamaraty de defender, segundo ele, de maneira quase obsessiva, a inclusão do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

A audiência pública realizada ontem pela CRE faz parte do 5º ciclo da série Rumos da Política Externa Brasileira, proposto pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL).



Collor (C) preside debate sobre política externa com Pires Ferreira (E), Ruy Nogueira, Francisco Rezek e Sombra Saraiva

## Para Jucá, eleição mostrou que França rejeita recessão

Romero Jucá (PMDB-RR) parabenizou ontem o presidente eleito da França, François Hollande. Ele derrotou Nicolas Sarkozy, que tentava a reeleição.

— Isso demonstra um posicionamento que a sociedade francesa e a sociedade europeia têm tomado nas últimas eleições em diversos países, mostrando que é preciso um caminho alternativo para a solução econômica que não a recessão.

Para Jucá, a Europa em crise tem muito o que aprender com o Brasil dos governos Lula e Dilma, que, segundo ele, optaram pelo caminho do crescimento econômico, da mobilidade social e do aumento da renda e do emprego.

— É preciso que o crescimento mundial seja debatido. É preciso que nós tenhamos efetivamente uma receita. Não uma receita pronta, mas uma receita na visão da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

## Exposição sobre Bolshoi no Brasil vai até sexta

Foi aberta ontem no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima a exposição fotográfica *Bolshoi Brasil*, que retrata detalhes técnicos e artísticos dos alunos e bailarinos da escola do Teatro Bolshoi no Brasil. A mostra, que pode ser vista até sexta-feira, faz parte das comemorações da escola do Bolshoi em Joinville (SC), a única fora da Rússia. Joinville foi escolhida para sediar a instituição por iniciativa do então prefeito — hoje senador — Luiz Henrique (PMDB) em parceria com o então diretor da companhia russa, Vladimir Vasiliev.

Além da exposição no Senado, os brasileiros poderão assistir ao balé *Giselle*, um clássico do Bolshoi. O espetáculo, às 20h de sexta-feira, será na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional. Nesse mesmo dia, às 10h30, a Escola Bolshoi no Brasil fará, também no Teatro Nacional, ensaio aberto para alunos da rede pública de Brasília.

## Pedro Taques critica acesso limitado a documentos da CPI

Pedro Taques (PDT-MT) criticou o prazo de apenas 3 horas dado aos parlamentares da CPI do Cachoeira para ter acesso a dados dos inquéritos enviados pelo Supremo Tribunal Federal. Ele disse que o fato de não poder tirar cópias atrapalhará a análise detalhada dos documentos.

— Com todo o respeito que merecem os ministros do STF e o senador Vital do Rego [presidente da comissão], isso me parece ridículo — disse.

O senador ainda destacou a passagem do Dia das Comunicações no Brasil, em 5 de maio, data que lembra o nascimento do marechal Rondon.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Randolfe pede que consultas sejam facilitadas

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) deverá encaminhar à CPI do Cachoeira requerimento para que seja facilitado o acesso dos parlamentares aos documentos sigilosos em análise.

Para ele, as restrições vão contra o artigo 58 da Constituição, que atribui às CPIs poderes de investigação “próprios das autoridades judiciais”.

— Eu pergunto se um procurador da República, se um ministro do STF, faz a análise dos documentos que nós vamos analisar sendo fotografado, filmado, espionado e sem apoio de nenhum tipo de assessoria — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Imprensa ajuda a fiscalizar políticos, avalia Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem ter percebido, por parte de alguns senadores e deputados, uma tentativa de colocar a imprensa “no mesmo balaio dos responsáveis pelas irregularidades até agora conhecidas e estabelecidas” nas investigações sobre o contraventor Carlinhos Cachoeira.

— Colocar todos os veículos de comunicação contra a parede me parece uma tentativa de fragilizar de algum modo a imprensa — afirmou a senadora, que exerceu o jornalismo por 40 anos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ela lembrou que as denúncias divulgadas pela imprensa motivaram outras CPIs, que “provocaram saída de personagens importantes, como presidentes e ministros”.

— Se não tivéssemos acesso às reportagens diárias que nos levaram às suspeitas de envolvimento de parlamentares e governadores, ainda estaríamos aqui em Plenário defendendo o mandato de pessoas que se diziam os xerifes da moral e também da dignidade — acrescentou,

## Collor: segredo de Justiça não é censura à imprensa

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou ontem que respeitar o segredo de Justiça de processos ou investigações não significa cercear a liberdade de imprensa. O senador tem defendido o sigilo dos dados e informações recebidos pela CPI do Cachoeira que estejam protegidos com o segredo de Justiça, garantido pela Constituição.

Ele rechaçou as críticas de que estaria querendo limitar o trabalho dos meios de comunicação na CPI.

— Sempre defendi a completa e irrestrita liberdade de expressão, pois a ela devemos a restauração, a manutenção e a continuidade de nosso maior bem institucional, a democracia brasileira — disse o senador em pronunciamento no Plenário.

## Rolleberg cita prerrogativa constitucional

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu o direito dos integrantes da CPI do Cachoeira de terem “pleno acesso” aos documentos recebidos pelo colegiado. Ele citou a Constituição, dizendo que parlamentares que participam de comissões de inquérito têm garantidos “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e, portanto, todos devem ter pleno acesso aos documentos em poder da CPI”.

— Qualquer restrição a esse direito, a esse dever, a essa atribuição, é uma restrição a uma prerrogativa constitucional das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Congresso — argumentou.

Rolleberg também elogiou os debates ocorridos durante o Colóquio Internacional sobre a Carta da Terra.

## Comissão ouve hoje delegado da PF que liderou Operação Vegas

A CPI ouvirá hoje o delegado federal Raul Alexandre Marques de Souza, responsável pela Operação Vegas, que desvendou esquema de contratos públicos e jogos de azar comandado por Carlinhos Cachoeira.

Segundo o presidente da CPI, Vital do Rêgo, a comissão decidirá se a oitiva do delegado será secreta ou aberta.

— A decisão é da CPI. Minha posição é que poderia ser aberta.

Depois de amanhã, a CPI ouvirá o delegado federal Matheus Mela Rodrigues e os procuradores Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, responsáveis pela investigação da Operação Monte Carlo.

## Congresso recebe da Justiça de Goiás material da Operação Monte Carlo

O inquérito da Operação Monte Carlo, que corre na 11ª Vara Federal de Goiânia, chegou ontem à CPI.

A documentação, entregue por oficiais de Justiça, será submetida aos mesmos critérios de segurança que recebem as informações da Operação Vegas, compartilhadas com a CPI pelo Supremo.

— Encaminhamos à sala-cofre. Durante o restante do dia [ontem], vamos abrir e conferir as peças e alimentar nossos computadores para as consultas dos parlamentares — explicou Vital do Rêgo, presidente da CPI.

Mais sete computadores estão sendo instalados em uma sala próxima à atual para facilitar a análise dos dados pelos parlamentares, que reclamaram da dificuldade para as consultas com apenas três terminais disponíveis. Deverão estar prontos até hoje, explicou o presidente da CPI.

Outra mudança em análise é a possibilidade de liberar o acesso dos documentos aos assessores técnicos dos deputados e senadores.

— Estamos tentando viabilizar tudo que facilite do trabalho dos parlamentares. Vou consultar a equipe técnica. Defendo a possibilidade de que, havendo segurança, eles [assessores] também entrem.

Vital do Rêgo, presidente da CPI: material sigiloso da Operação Monte Carlo chega à comissão



Depoimento na CPI está marcado para terça-feira; advogado diz que, sem saber conteúdo do inquérito, seu cliente não pode defender-se

# Defesa condiciona depoimento de Cachoeira a acesso a dado sigiloso

O CONTRAVENTOR CARLINHOS Cachoeira só deporá na comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga suas relações com agentes públicos se a defesa tiver acesso aos documentos secretos em poder da comissão.

Foi o que pediu o seu advogado, Márcio Thomaz Bastos, ao presidente

da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Sem acesso aos dados, Cachoeira poderá ficar em silêncio na audiência agendada para a terça, afirmou Thomaz Bastos. Segundo ele, toda a imprensa obteve partes das investigações, “em trechos fragmentados e descontextualizados”, menos seus

advogados, o que dificulta a defesa. Uma saída seria adiar o depoimento.

— Ele pode se refugiar no direito de ficar em silêncio para não se incriminar — disse, acrescentando que o pedido deve ser submetido hoje por Vital do Rêgo ao relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), e ao colégio de líderes.



Márcio Thomaz Bastos, advogado de Carlinhos Cachoeira: cliente “vai obedecer a todas as prescrições, não só da Justiça, mas também da CPI”

## Sala-cofre começa a operar; deputada diz ter acessado “informação valiosa”

Ontem foi aberta a sala de acesso aos dados sigilosos compartilhados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com a CPI mista do caso Cachoeira.

Localizada na Ala Alexandre Costa, no Senado, a sala contém três computadores e é monitorada por duas câmeras.

A deputada Íris de Araújo (PMDB-GO) foi a primeira a chegar à sala. Pouco antes das 8h, ela já aguardava a abertura

do local. Íris ficou três horas diante de um dos computadores e deixou a sala dizendo ter acessado “informações valiosas”.

— Esse foi um dia bem cansativo. Procurei armazenar na memória tudo aquilo que encontrei para fazer uma avaliação dentro do já divulgado pela imprensa, a fim de chegar às minhas conclusões — disse.

Também passaram por lá o deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF) e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Para evitar cópias dos dados, os parlamentares não podem entrar na sala com celular ou filmadora e têm de assinar um termo de responsabilidade para preservar o sigilo das informações, provenientes das operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal.

## Vanessa prevê fila para ver dados, e Vital pede mais computadores

O presidente da CPI do caso Cachoeira, Vital do Rego, pediu outros sete computadores para a sala de acesso aos dados sigilosos compartilhados pelo Supremo com a comissão. As novas máquinas devem chegar hoje.

Deputados e senadores interessados em conhecer o inquérito enviado pelo STF tem reclamado que os três computadores lá instalados não são suficientes para atender aos integrantes da comissão.

— Vai dar muita confusão. Na terça e na quarta-feira, haverá fila de deputados e senadores — disse a senadora Vanessa Grazziotin.

A deputada Íris de Araújo, por exemplo, ficou três horas diante de um dos computadores. Segundo ela, será difícil que um parlamentar sem conhecimentos jurídicos trabalhe ali.

— Temos que ter acesso aos

documentos para não fazer qualquer tipo de julgamento impensado, mas temos que nos aprimorar para fazer um bom trabalho. Para alguns, vai ser mais complicado.

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) também deixou a sala do inquérito considerando a estrutura insuficiente para os mais de 60 parlamentares que irão examinar o material e disse que reivindicará a Vital do Rego a possibilidade de cada parlamentar poder entrar na sala com assessores credenciados.

Sua ideia é que funcionários previamente identificados e de confiança dos parlamentares possam entrar com eles para examinarem juntos o inquérito. Para Sampaio, sem a ajuda de assessores, um parlamentar não tem muito que fazer na sala, uma vez que o número de informações constantes do inquérito é muito grande.

## Parlamentar não pode ler em público nem trecho de inquérito

Os deputados e senadores estão proibidos de ler na tribuna ou incluir em seus discursos qualquer informação ou trecho de documentos sigilosos. Essa é a primeira de uma série de regras de conduta contidas num comunicado distribuído aos integrantes da CPI do caso Cachoeira, assinado pelo presidente da comissão, Vital do Rêgo.

A cartilha, que compila artigos dos regimentos do Senado e da Câmara, ressalta que “não será lícito” transcrever, no todo ou em parte, documentos sigilosos nos pareceres, e informa que “somente em sessão secreta poderá ser dado a conhecer, ao Plenário, documento de natureza sigilosa”.

Vital enumerou regras sobre apresentação de requerimentos, depoimentos, uso da palavra pelos parlamentares e realização de reuniões.

Debate abre a 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso mostrando a importância de as empresas investirem na saúde do consumidor

# Produtos mais seguros ajudam a manter os lucros, dizem analistas

QUANTO MAIS SEGUROS são os produtos e serviços, mais valor agregado eles têm, beneficiando as próprias empresas. A avaliação é de Amaury Oliva, que ontem representou o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Oliva criticou o argumento de que a defesa do consumidor representa um custo e afirmou que “nenhum país ficou mais pobre” por defender quem consome.

Diretor-adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Neilton Araujo de Oliveira também disse que o foco na saúde da população não precisa resultar em prejuízo para as empresas, “mas estas, para manter seus lucros, têm de assegurar qualidade e segurança para os consumidores”.

Oliveira avaliou que “a sociedade geralmente percebe o consumo apenas em sua dimensão econômica e comercial, mas há uma dimensão sanitária do consumo que também é fundamental”.

Também diretor da Anvisa, José Agenor Álvares da Silva lembrou que a agência restringiu a venda de inibidores de apetite por seus potenciais riscos à saúde, apesar da resistência das empresas do setor. Foi proibida a venda de medicamentos à base de anfepramona, femproporex e mazindol, mas mantida a comercialização dos remédios à base de sibutramina.

— A sibutramina será monitorada por um ano quanto aos seus resultados e efeitos colaterais. Depois vamos decidir se será retirada ou não

do mercado — disse Álvares, ressaltando que os quatro inibidores já foram banidos em outros países.

Representante do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Fernando Goulart lembrou o caso das próteses mamárias que, a partir deste ano, estão sendo vendidas depois de certificadas pelo órgão, com o objetivo de reduzir os riscos de rompimento.

A questão virou prioridade no final do ano passado, quando a empresa francesa Poly Implant Prothese (PIP) foi denunciada por adulterar a matéria-prima utilizada em suas próteses, que eram vendidas em vários países, inclusive o Brasil.

A audiência abriu a 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, promovida pela Anvisa, e também debateu a obesidade e o controle sanitário sobre os cruzeiros marítimos, que vêm aumentando no país. Até quinta-feira, outros temas ligados à saúde estarão na pauta de pelo menos dez comissões do Senado e da Câmara.



Amaury Oliva, José Agenor Álvares, senador Paulo Paim, Neilton de Oliveira e Fernando Goulart no debate da CDH

## “Obesidade cresce junto com a economia”

Ao tratar da questão da alimentação no debate na CDH, Fernando Goulart, do Inmetro, citou a estimativa de que, nos próximos 11 anos, a população brasileira poderá alcançar níveis de obesidade semelhantes aos registrados hoje nos Estados Unidos. Ele disse que há uma ação conjunta para lidar com o problema, envolvendo os ministérios da Saúde, da Educação, da Agricultura e do Desenvolvimento.

Goulart destacou que são necessárias medidas como o aperfeiçoamento da rotulagem dos produtos (para que os consumidores saibam o que estão ingerindo e em que quantidade) e a educação de

crianças e adolescentes.

— Infelizmente, a obesidade é um problema que aumenta junto com o crescimento econômico — observou.

José Agenor, da Anvisa, apontou outra preocupação que cresceu junto com a economia: o monitoramento dos cruzeiros marítimos. Segundo ele, as viagens nas costas brasileiras já representam o quinto mercado mundial do setor, e a Anvisa avalia o risco sanitário dos navios. O resultado dessas inspeções, junto com o nome de cada navio, está disponível para consulta no *site* da agência.

— Já tivemos que interferir em um navio com cerca de

mil pessoas acima de 70 anos.

Ainda na audiência, o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), anunciou que apresentará um projeto, provavelmente nesta semana, para proibir o uso do produto químico (sulfidrato de sódio, utilizado para retirar pelos de couro de boi) cujo vazamento matou quatro funcionários do curtume de um frigorífico em Bataguassu (MS), em 31 de janeiro.

— É uma questão de defesa de quem está no seu local de trabalho — declarou o senador, destacando que “o produto produz um gás que, quando inalado pelos presentes em determinado espaço físico, mata em poucos minutos”.

## Renan pede votação de PEC que fixa verbas para segurança pública

Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu a aprovação da proposta de emenda à Constituição



apresentada por ele a partir de sugestões do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública. O projeto vincula temporariamente recursos para o setor.

De acordo com o parlamentar, a proposta (PEC 60/05) está pronta para ser votada em Plenário. A ideia de Renan é tornar obrigatório o gasto em segurança pública, por cinco anos, por União, estados e municípios em “ações que, se bem implementadas, podem representar um duro golpe à criminalidade instalada no país”.

Ele citou dados do Ipea segundo os quais R\$ 1 bilhão aplicado em segurança pública pode acabar com o chamado custo da violência, que atinge 5% produto interno bruto (PIB) brasileiro a cada ano.

## Paim ressalta atuação de magistrados da Justiça do Trabalho

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem sua participação em painel do 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em João Pessoa, onde voltou a defender decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a política de cotas a negros e índios na Universidade de Brasília.

Paim disse ver os magistrados do Trabalho como “guardiões da paz social que se empenham na tarefa de distribuir esperança, renda e justiça para todos”.

O senador disse que direitos dos trabalhadores estão ameaçados com a proposta de modificação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e do capítulo “Da ordem social” da Constituição federal.

## Propostas criam novos direitos para consumidor

Na pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) está projeto de Ciro Nogueira (PP-PI) que obriga fornecedores e serviços de proteção ao crédito a compensar os consumidores em caso de violação de informações pessoais, bancárias ou financeiras (PLS 271/11). A CMA também pode analisar o PLC 113/11, que determina a especificação (por peso, volume, tamanho) do preço de mercadoria exposta em estabelecimento comercial.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## CPI da Violência contra a Mulher visita o Sul do país

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra a mulher esteve ontem no Rio Grande do Sul para debater a aplicação da Lei Maria da Penha. Participaram representantes do governo do estado, de movimentos sociais e parlamentares.

Ana Rita (PT-ES), relatora da CPI, informou que o Rio Grande do Sul ocupa o 18º lugar no *ranking* de homicídios contra mulheres no Brasil. Ela pediu aos participantes que informações sejam repassadas à comissão no prazo de uma semana.

O Rio Grande do Sul, disse Ana Amélia, foi o último estado brasileiro a assinar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em maio do ano passado. A senadora saudou iniciativas como a criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres e da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A audiência pública faz parte de cronograma da CPI, que prevê visitas aos dez estados mais violentos do Brasil para as mulheres — a comissão já visitou Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina —, além de dez audiências no Senado.

Após a audiência em Santa Catarina, na última sexta, Ana Rita informou que pretende apresentar requerimento para convocar autoridades do estado a prestar esclarecimentos em Brasília. Alguns dos convidados para a audiência não compareceram, o que resultou na falta de informações sobre o quadro de insegurança das mulheres no estado.

Legislação atual considera a infração apenas uma falta disciplinar, mas o aparelho é usado para simulação de sequestros e outros crimes

# Juristas sugerem transformar em crime o uso de celular por detento

DETENTO QUE USAR celular ou qualquer aparelho de comunicação que tenha entrado clandestinamente na cadeia poderá responder por crime com pena adicional de 3 meses a 1 ano de prisão, em vez apenas da atual falta disciplinar. A proposta foi aprovada ontem pela comissão de juristas designada pelo presidente do Senado, José Sarney, para elaborar um anteprojeto de Código Penal.

— Hoje só é crime entrar com esse aparelho de comunicação, mas não usá-lo. Não havia pena alguma — disse o procurador Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão.

Nos últimos anos, os celulares passaram a ser usados com regularidade por presos para se comunicar com comparsas de fora e simular sequestros, entre outras atividades.

A Lei 12.012/09 passou a criminalizar a entrada não autorizada dos aparelhos. Segundo o relator, esse ponto é mantido, apenas com um acréscimo para também criminalizar a utilização dos celulares.

Outra decisão foi sugerir que o desacato seja transformado em crime contra a honra, na forma de injúria, com pena agravada. Gonçalves disse que diante de um caso de injúria real, que chega à agressão física, a pena de 1 ano e meio de prisão poderá ser ampliada para 3 anos, se o alvo for um servidor público.

O ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, que preside a comissão, explicou que a Corte Interamericana de Direitos Humanos concluiu que o desacato vinha sendo utilizado como



Gilson Dipp, presidente da comissão de juristas, discute as sugestões com José Muiños Piñeiro e Salise Monteiro

instrumento de coação. Por isso, recomendou mudanças nas leis dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ele salientou, no entanto, que os servidores não devem temer a mudança, já que a tipificação do desacato como injúria com agravante pode oferecer margem mais ampla para oferecimento de provas.

No exame dos crimes contra a administração da Justiça, os juristas travaram um longo debate sobre o direito de a vítima faltar com a verdade. A conclusão foi de que a vítima pode responder por crime se mentir dolosamente. A preocupação é a possibilidade de abuso, diante do poder do denunciante, em situações como as tipificadas na Lei Maria da Penha, por exemplo.

— Mas não é uma questão de má impressão ou de opinião, mas o caso de mentira objetiva — disse Gonçalves.

Com as mudanças aprovadas pelos juristas, o conceito de servidor público para efeito penal passa a ser mais abrangente. Nesse ponto, os juristas decidiram reconhecer como servidor qualquer agente que exerça cargo, emprego, função pública ou mandato eletivo, tanto para o caso de o servidor ser agente quanto vítima de crime.

### Risco para a vida

A comissão também propõe alterações na parte do código que trata dos crimes contra a incolumidade pública — aqueles que afetam a segurança da população, envolvendo alto risco para

a vida e prejuízos patrimoniais de largo alcance, como a provocação de explosões, incêndios e atentados contra qualquer meio de transporte.

Uma das modificações permite que a pena tenha um aumento menor se o crime for cometido com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio. Hoje esse aumento é de um terço da pena. Ele poderia ser de apenas um sexto da pena, com a possibilidade de se estender até um terço.

Os juristas também aprovaram a redução da pena para falsificação de remédios — de 10 a 15 anos para de 4 a 12 anos. Para Luiz Carlos Gonçalves, a pena era um “exagero punitivo” já que, muitas vezes, “ela é mais severa do que a pena de matar alguém”.

## Alvaro: juros de mercado para poupança, FGTS e FAT



Adotar para o FGTS, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a poupança as mesmas taxas de juros de longo prazo do mercado. A proposta, apresentada ano passado pelo economista Pêrsio Arida, foi endossada ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele comentou a decisão do governo mudar o rendimento da poupança e disse faltar ousadia em relação aos bancos.

— Esse governo foi mais ousado do que os outros. Mas ousadia com os pequenos? Não gostaria de dizer que ousadia em excesso em relação aos pequenos é covardia, mas certamente diria que ousadia em relação aos poderosos é grandeza — afirmou.

## Simon quer solução para dívida gaúcha com União



Pedro Simon (PMDB-RS) pediu uma solução para a dívida dos estados com a União, particularmente o Rio Grande do Sul. Ele informou que a negociação feita em 1998 foi relativamente boa para os estados. A dívida gaúcha era de R\$ 9,4 bilhões, foi dado abatimento de R\$ 1,6 bilhão e o restante deveria ser pago em 30 anos, com juros de 6% ao ano mais a variação do IGP-DI.

Simon lembrou que os índices de inflação eram altos, assim como os juros de mercado, mas o IGP-DI revelou-se um índice perverso e hoje o estado deve quase que o mesmo que devia à época. Paulo Paim (PT-RS) parabenizou Simon pelo pronunciamento.

## Braga: Manaus pode viver epidemias após enchentes



Eduardo Braga (PMDB-AM) apelou à Prefeitura de Manaus e ao Ministério da Integração Nacional para uma operação emergencial de recolhimento do lixo acumulado em razão das chuvas. O senador disse que o Amazonas vive um período recorde de enchentes que já afeta 32 cidades e que, se não houver limpeza de igarapés e do lixo acumulado até as águas baixarem, os detritos favorecerão doenças como disenteria, hepatite e leptospirose.

Braga advertiu que as águas ainda vão subir por mais 35 dias em Manaus, onde a Defesa Civil já cadastrou 65 mil famílias. Ele disse que poderá haver uma tragédia do ponto de vista sanitário, da limpeza, da saúde e da habitação.

## Randolfe propõe mais transparência das contas

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comunicou ontem a apresentação de projeto de lei para garantir aos cidadãos o livre acesso às contas bancárias de entes públicos. Para o senador, o PLS 135/12 representa um novo avanço, como os já conquistados com a Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação.

— A conta pública deve ser tão acessível ao cidadão quanto a própria conta individual — disse o senador.

De acordo com o projeto, só não estarão disponíveis para a consulta as contas de segurança nacional. Randolfe argumentou que a corrupção exige o controle da sociedade sobre os gastos públicos. Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) cumprimentou Randolfe pelo projeto.

# Eleitor tem até amanhã para transferir título

Encerra-se também amanhã prazo para quem ainda não tem o título de eleitor tirar o documento; é preciso procurar o cartório eleitoral mais perto de casa; primeiro turno das eleições municipais está marcado para 7 de outubro e eventual segundo turno, para 28

Ricardo Westin

ESTE É UM daqueles anos em que é preciso ir às urnas.

Daqui a cinco meses, em 7 de outubro (o primeiro domingo do mês), os eleitores de 5.570 municípios escolherão seus novos prefeitos e vereadores. Eventuais segundos turnos serão realizados em 28 de outubro (o último domingo do mês).

Amanhã é outro dia importantíssimo no calendário eleitoral de 2012.

Para os brasileiros que nunca votaram, esgota-se o prazo para que tirem o primeiro título de eleitor.

Para aqueles que já votam e mudaram de bairro ou cidade, é o último dia para que peçam a transferência do local de votação.

E, para aqueles que têm dificuldade de locomoção (idosos e pessoas com deficiência), termina o período para que solicitem inscrição num local de votação com acessos adaptados, sem escadas.

Nos três casos, os eleitores precisam procurar o cartório eleitoral mais perto de casa (veja quadro abaixo).

O voto no Brasil é compulsório. Estão obrigados a ir às urnas os brasileiros que têm entre 18 e 69 anos de idade.

Os analfabetos são exceção. Eles só votam se quiserem.

Caso o eleitor esteja impossibilitado de votar —

adoeceu ou viajou, por exemplo —, ele precisará depois buscar um cartório eleitoral e preencher um formulário justificando a ausência. Estando fora de sua cidade, poderá justificar no próprio domingo da eleição, em qualquer local de votação.

Quem não vota nem justifica passa a sofrer uma série de restrições: fica impedido de se inscrever em concurso público, tirar passaporte, matricular-se em universidade pública e obter empréstimos em bancos do governo.

## Facultativo

O voto é opcional para os idosos assim que completam 70 anos e para os adolescentes que têm 16 ou 17 anos.

Importante: o primeiro título pode ser tirado inclusive por quem ainda tem 15 anos — desde que faça o 16º aniversário até o dia da votação.

De todos os eleitores brasileiros, apenas os registrados no Distrito Federal e no exterior não precisarão ir às urnas neste ano.

Em Brasília e suas cidades-satélites, não há eleições municipais, já que o governador e os deputados distritais acumulam funções que normalmente cabem aos prefeitos e vereadores.

Os residentes no exterior, por sua vez, votam apenas para presidente da República.

Paulo Cinquanti/Senado Federal



Eleitores procuram em lista local de votação: termina amanhã o prazo para que eles tirem ou transfiram o título

## Senadores propõem fim do voto obrigatório no país

Desde o tempo do Império, o voto é obrigatório no Brasil.

De acordo com a primeira Constituição, de 1824, os eleitores eram os homens que tinham ao menos 25 anos de idade e 100 mil réis de renda anual — ainda que fossem analfabetos. Era o voto censitário. Mulheres, escravos, índios, religiosos, praças e assalariados eram proibidos de votar.

Caso não pudessem comparecer às urnas, os eleitores deveriam votar por procuração — uma pessoa autorizada levava o voto do titular, assinado e registrado por tabelião.

Ao longo das décadas, o perfil do eleitorado brasileiro mudaria gradativamente.

Em 1881, cassou-se dos analfabetos o direito de voto. Nos primórdios da República, a idade mínima caiu para 21 anos. As mulheres passaram a ser eleitoras em 1932. Pouco tempo depois, em 1934, a idade mínima sofreu nova alteração e chegou a 18 anos.

Os analfabetos recuperaram o direito de voto apenas em 1985. Os soldados e os marinheiros se tornaram eleitores ainda mais recentemente, em 1988, com a atual Constituição.

### Educação básica

O eleitorado nacional ainda pode sofrer novas modificações. Projetos em análise no Senado modificam as regras sobre quem pode e quem não pode votar.

Um texto redigido pelo senador Clésio Andrade (PMDB-MG), por exemplo, propõe que o voto aos 16 e aos 17 anos, neste momento facultativo, torne-se obrigatório.

Na defesa da proposta (PEC 83/11), o senador diz que os jovens de hoje não são iguais aos de 1988, ano em que se instituiu o voto opcional para

### Calendário

9/mai.	último dia para tirar ou transferir o título
21/ago.	início da propaganda eleitoral no rádio e na televisão
27/set.	último dia para tirar a 2ª via do título
7/out.	votação (1º turno)
28/out.	votação (2º turno)

### Eleitorado

O Brasil tem 137,9 milhões de eleitores	
Excetuando-se os que vivem no Distrito Federal e no exterior (que não votam para prefeito e vereador), 135,8 milhões deverão ir às urnas neste ano	
<b>São obrigados a votar:</b>	
■	brasileiros entre 18 e 69 anos
<b>Só votarão se quiserem:</b>	
■	analfabetos
■	adolescentes de 16 e 17 anos
■	idosos a partir de 70 anos

é o seguinte: “Enquanto a obrigatoriedade do voto contribui para o voto irrefletido e sob a influência do abuso do poder político e econômico, o voto facultativo permite que o cidadão tenha motivação para escolher seus representantes de forma livre e consciente”.

### Regime de força

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) é autor de uma proposta que tira da Constituição as regras sobre o eleitorado e as transfere para uma lei comum (PEC 14/03). Isso, de acordo com ele, encurtará os trâmites para uma futura mudança do voto obrigatório para o facultativo.

Explica Alvaro: “O voto obrigatório tem sido a marca registrada dos estados totalitários, onde o governante necessita desse subterfúgio para compelir o comparecimento aos pleitos e dar uma aparência de legalidade a um regime de força”.

Na hipótese de o voto obrigatório ser derrubado e o voto facultativo ser instituído, os brasileiros continuarão sendo obrigados a fazer o alistamento eleitoral (tirar o primeiro título) aos 18 anos. A diferença é que somente aqueles que tiverem vontade de votar irão às urnas. Os que deixarem de comparecer não precisarão justificar nem pagar multa.

As estatísticas mais recentes são de dois meses atrás e apontam que o Brasil tem 137,9 milhões de eleitores (72,5% da população).

O prazo para o alistamento de novos eleitores se esgota amanhã. Logo em seguida, a Justiça Eleitoral divulgará o número atualizado de brasileiros aptos a votar.

Nas eleições de 2010, o Brasil contabilizava 2 milhões de eleitores a menos.

esse grupo etário.

A universalização da educação básica e o farto acesso aos meios de comunicação, argumenta Clésio, “aceleraram o amadurecimento social” dos adolescentes, o que os deixa aptos a eleger os governantes.

Outros projetos, ao contrário, reduzem o número de eleitores. O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) quer que os deficientes físicos com dificuldade de locomoção sejam incluídos na lista dos eleitores facultativos (PEC 1/09).

O Senado analisa uma proposta que simplesmente acaba com o voto obrigatório. O texto em questão (PEC 28/08) foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O raciocínio da comissão

### Título eleitoral: o que fazer

✓ **COMO TIRAR O TÍTULO:** Amanhã termina o prazo para tirar o primeiro título. O cidadão deve procurar o cartório eleitoral levando comprovante de residência e um dos seguintes documentos: carteira de identidade, certificado de quitação com o serviço militar, certidão de nascimento ou certidão de casamento. Carteira de motorista e passaporte não são aceitos, pois não contêm os dados de filiação. Não se paga taxa.

✓ **COMO TRANSFERIR O TÍTULO:** Amanhã termina o prazo para alterar o local de votação. Quem se mudou de bairro ou cidade deve procurar o cartório mais próximo da nova casa levando título eleitoral (se tiver), documento de identidade com foto (menos carteira de motorista e passaporte) e comprovante de residência. Não se paga taxa. O mesmo procedimento deve ser adotado por quem tem dificuldade de locomoção e deseja votar numa seção eleitoral sem escadas.

✓ **COMO TIRAR A SEGUNDA VIA:** O cidadão que precisa tirar a segunda via do título (por perda ou roubo, por exemplo), sem alterar os dados do documento, tem até 27 de setembro para procurar o cartório eleitoral. Não se paga taxa.

✓ **DICA:** Antes de ir ao cartório, se quiser, o eleitor pode solicitar pela internet o primeiro título ou a transferência do documento. No programa Título Net (<http://bit.ly/tituloNet>), ele informa seus dados e agenda o atendimento. Depois, compareça ao cartório com a documentação exigida e não enfrenta fila para receber o título.

### Saiba mais

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)

- Para ler as notícias das eleições municipais de 2012, entre na página do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na internet: [tse.jus.br](http://tse.jus.br)
- Para saber qual é o cartório eleitoral mais próximo, procure o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de seu estado: [bit.ly/tribunaisRegionais](http://bit.ly/tribunaisRegionais)